

ECONOMIA SEM ALARDE

Brasil

Liana Verdini e Regina Alvarez
Da equipe do **Correio**
Com agências

O ajuste adicional nas contas públicas prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI) já começou a ser feito pelo governo sem alarde. A Secretaria do Tesouro Nacional e o Ministério do Orçamento e Gestão estão limitando, na prática, os gastos do governo com custeio e investimento, mesmo antes do anúncio dos novos cortes. Nos primeiros dois meses do ano, a economia será de R\$ 2,386 bilhões.

Pelos cálculos do secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães, se fossem liberados os recursos que estavam autorizados no Orçamento, em janeiro e fevereiro essas despesas chegariam a R\$ 5,79 bilhões ou 17% do programado para o ano. No entanto, serão repassados recursos no valor de R\$ 3,4 bilhões. Só em fevereiro, o Tesouro segurou R\$ 1 bilhão em recursos. "Não estamos cortando, mas estamos segurando. As despesas estão contingenciadas", observou Guimarães.

A economia feita nos primeiros dois meses do ano representa 7% dos R\$ 34 bilhões do item *Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC)* do Orçamento de 1999, aprovado pelo Congresso no fim de janeiro. São R\$ 29 bilhões para despesas de custeio e R\$ 5 bilhões para investimentos. As despesas previstas neste item para os poderes Legislativo, Judiciário e para o Ministério Público, que somam R\$ 1,4 bilhão, não podem ser cortadas. "O Orçamento ainda não foi sancionado. Teríamos então que liberar mensalmente 1/12 dos gastos programados a cada mês. Mas estamos liberando um pouco menos", explicou o secretário do Tesouro.

Na terça-feira, o presidente Fernando Henrique Cardoso vai sancionar o Orçamento da União, sem vetos, para cumprir o que determina a lei. Mas a programação financeira para o ano, que vai embutir os novos cortes negociados com o FMI, não será mais anunciada naquela data, como pretendia o governo.

O secretário-executivo do Ministério do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, informou ao **Correio** que as discussões sobre o esforço fiscal adicional de 1999 ainda continuarão por mais alguns dias, porque ainda falta definir a meta de superávit primário (receitas maiores que as despesas, exceto o gasto com juros) para o ano. O governo prometeu ao Fundo obter um superávit entre 3% e 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas públicas este ano, mas o valor exato, em reais, ainda está sendo calculado.

Martus explicou também que o decreto com a programação financeira do bimestre, que será publicado do *Diário Oficial* de segunda-feira, permitirá que os ministérios realizem novos gastos nesse período que a programação definitiva ainda está sendo preparada. Ontem, o Palácio do Planalto divulgou cópia do decreto, que prevê gastos de R\$ 4,39

bilhões nos primeiros dois meses do ano. O valor inclui receitas administradas pelo Tesouro e outras que entram diretamente no caixa dos ministérios, como taxas de fiscalização recolhidas pelos ministérios dos Transportes e da Saúde.

As discussões com o FMI sobre o novo ajuste fiscal devem continuar na próxima semana e só depois de concluí-las o governo anunciará os cortes no Orçamento. Eles vão se basear no novo cenário previsto para a economia em 1999, que já está praticamente concluído. A inflação deve ficar próxima de 11% e a queda no PIB será em torno de 3,5%.

ESFORÇO

A meta dos técnicos brasileiros do Fundo que estão em Washington é concluir as negociações na quinta ou sexta-feira. A expectativa do governo é de que o fechamento do acordo crie um clima de otimismo e ajude o País a reconquistar a confiança dos investidores estrangeiros. Analistas financeiros garantem que o mercado externo acompanha com atenção o esforço do governo brasileiro para ajustar as contas públicas e garantir a liberação da segunda parcela do empréstimo de US\$ 41,5 bilhões do FMI. Só depois disso é que o País poderá recuperar parte dos dólares perdidos durante a crise.

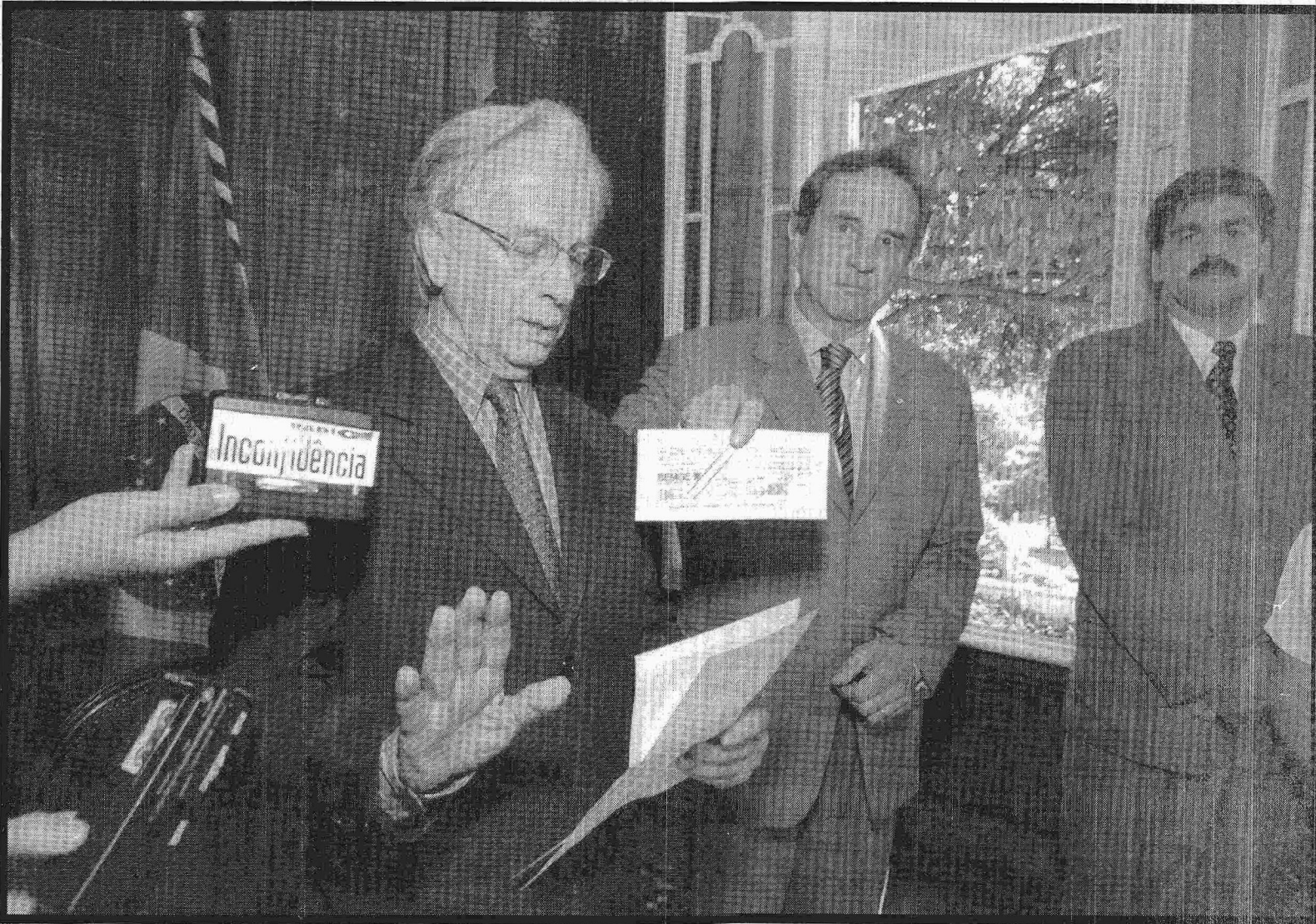
Na verdade, é grande a expectativa do mercado para a semana que vem, quando deverá ser definida a data da sabatina do presidente indicado do Banco Central, Armínio Fraga, no Senado e a divulgação de novos índices de inflação. Esta semana terminou com pequena elevação do dólar, mas ainda em clima morno depois dos feriados de carnaval. O dólar fechou ontem cotado a R\$ 1,94 para a venda e R\$ 1,92 para a compra. Analistas afirmam que a alta, de cerca de 1%, foi provocada pelas compras de alguns bancos que têm vencimentos de eurobônus nos próximos dias. A bolsa de São Paulo fechou com alta de 1,73%.

Os 24 diretores-executivos do FMI terão cerca de 15 dias para examinar o novo programa brasileiro antes de discuti-lo e votá-lo. Nesse período, o governo deve implementar medidas adicionais de ajuste fiscal e a Câmara dos Deputados fará a primeira votação do aumento do Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), marcada para o dia 10 de março. A aprovação da nova CPMF já era condição para desembolsos adicionais dos crédito do FMI na primeira versão do acordo, no início de dezembro passado.

Nesse cenário, o desembolso da segunda parcela, de pouco mais de US\$ 9 bilhões, ocorrerá na segunda quinzena de março. Mantido esse cronograma, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deverá visitar alguns países europeus em meados do próximo mês para apresentar o novo programa e negociar as condições para acesso à outras parcelas do empréstimo que inclui recursos de 20 países.

DINHEIRO JAPONÊS PARA MINAS

Marcelo Sant'Anna/Estado de Minas



Na tentativa de mostrar que não está isolado e que, apesar das sanções da União, Minas ainda tem crédito no exterior, o governador Itamar Franco (PMDB) exibiu ontem um cheque de R\$ 25 milhões (US\$ 14 milhões). O dinheiro é um repasse de crédito da instituição japonesa

Oversea Economic Corporation Fund (OECF). Ao mostrar o cheque, Itamar fez questão de ler uma nota, na qual, mais uma vez, criticou o governo federal pela retirada de aval a empréstimos contraídos pelo estado junto a instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o Banco Inter-

americano de Desenvolvimento (BID), o que custou a Minas o fechamento de várias linhas de crédito semanas atrás. Os recursos da OECF destinam-se à implantação do Projeto Jaíba 2 — um programa de irrigação no norte de Minas — que permitirá a produção de frutas, legumes e grãos.